



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2019

(Da Sr.^a Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para debater as implicações da Portaria Normativa n.º 5, de 31 de agosto de 2016, e do Acórdão n.º 303 do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os servidores do ministério da Infraestrutura anistiados pela Lei 8.878/1994.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 225 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater as implicações da Portaria Normativa n.º 5, de 31 de agosto de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (Segrt) e do Acórdão n.º 303 do Tribunal de Contas da União (TCU) para os servidores do ministério da Infraestrutura anistiados pela Lei 8.878/1994. Para tanto, sugerimos a indicação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Infraestrutura.
- Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Antonio Spencer Uebel;
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Representante da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER;
- Representante da assessoria jurídica da Associação dos Servidores Federais em Transportes – ASDNER.

JUSTIFICAÇÃO

Em cumprimento a uma das diretrizes da política administrativa do Governo Collor, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, milhares de empregados públicos foram demitidos em razão da extinção de empresas públicas e/ou de sociedades de economia mista.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com o advento da Lei n. 8.878, de 11 de maio de 1994, esses empregados foram anistiados e retornaram ao exercício das funções do antigo emprego público, muitas delas inteiramente absorvidas por órgãos da administração pública direta.

Alguns desses anistiados, após um breve período sob a égide do Regime Jurídico Único (RJU), retornaram ao regime celetista. Em 14 de março de 2002, foi editada a Orientação Normativa n. 01/2002 do MPOG, (DOU 18.3.2002) que determinou, expressamente, a transposição do regime celetista para o estatutário.

A partir dessa Orientação Normativa, portanto, há mais de 16 anos, diversos substituídos passaram a integrar, novamente, o RJU por determinação de Portarias editadas.

Em 13 de março de 2015, foi publicado o Acórdão n.º 303 do Tribunal de Contas da União (TCU) que, entre outras questões, determinou que o MPOG promovesse o retorno dos substituídos para o regime celetista, a despeito de todo o lapso temporal transcorrido desde a alteração compulsória para o regime estatutário em 2002.

Em cumprimento à determinação do TCU, foi editada a Portaria Normativa (PN) n.º 5, de 31 de agosto de 2016, pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (Segrt) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), publicada no Diário Oficial da União – Seção 1, de 1º de setembro de 2016 (p. 71-72).

A referida PN n.º 5/2016/Segrt/MP estabelece os “procedimentos para a retificação dos atos de conversão indevida do regime jurídico celetista dos beneficiados pela anistia de que trata a Lei n. 8.878/1994 para o regime jurídico estatutário previsto na Lei n. 8.112/1990”, por ocasião das determinações contidas no Acórdão n.º 303/2015/TCU.

Com efeito, essa suposta “retificação” do regime jurídico dos substituídos, contida na Portaria n.º 5/2016, tem provocado uma grave lesão aos servidores, de ordem psicológica, social, moral e remuneratória.

Ademais, cumpre salientar que os procedimentos para a mudança do regime jurídico dos substituídos já foram iniciados e estão na iminência de serem concluídos. Na prática, a mudança de posicionamento do Poder Público tem gerado graves prejuízos a esses anistiados, uma vez que eles estão retornando ao patamar salarial que recebiam à época da transformação em estatutário. Muitos deles, já aposentados, com idade avançada e com graves problemas de saúde, estão sendo submetidos a situações degradantes.

Ante o exposto, solicitamos a realização de audiência pública para buscar explicações e debater soluções para esse grave problema.

Sala da Comissão, em de setembro de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**